

# Brasil finalmente fecha acordo com os credores

Metade da dívida externa deverá ser paga em 16 anos e Pastore consegue reduzir a taxa de juros

**Nova Iorque** — O Brasil conseguiu finalmente encerrar, ontem, as negociações com os credores norte-americanos para o refinanciamento de quase a metade de sua dívida externa. Pelo acordo, foi dado o prazo de 16 anos para o pagamento com **spread** de 1,125 por cento para 70% da dívida sendo os 30 por cento restantes com taxas de 1,250 por cento.

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ficará ainda em Nova Iorque para a elaboração do relatório final das negociações que envolveram o refinanciamento dos débitos vencíveis entre 1985 e 1991, num montante aproximado de 43,5 bilhões de dólares.

Antes do acordo final, conseguido no início da noite, Pastore e o presidente do Comitê de Assessoramento dos Bancos e vice-presidente do Citibank, William Rhodes, informavam que a semana de negociações tinha sido produtiva e terminaria com "progressos substanciais". Esta foi a ter-

ceira etapa de negociações, em menos de um mês.

## EXPECTATIVA

Em Brasília, no final da tarde de ontem, a assessoria de imprensa do Banco Central comunicou aos repórteres que iria divulgar telex enviado de Nova Iorque por Pastore, o que criou a expectativa em torno da conclusão dos entendimentos com o comitê de assessoramento para a rolagem da dívida externa do País. O telex, de apenas doze linhas, acabou por anunciar que "as negociações entre as partes prosseguem".

Apesar da decepção, técnico do Banco Central explicou que os banqueiros também tinham pressa em concluir a renegociação da dívida brasileira e "não podem esperar o próximo governo" a elaboração da oitava carta d intenções do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI)". Observou que qual-

quer atraso pode obrigar os bancos norte-americanos a lançar os créditos brasileiros como prejuízos no fechamento dos balanços de março próximo, caso a falta de acordo mantenha em suspenso as amortizações já atrasadas desde 1º de janeiro último.

Para evitar problemas com os seus acionistas, segundo a fonte do Banco Central, os bancos norte-americanos deveriam aceitar a proposta brasileira de redução dos **spreads** — taxas de risco — e formalizar logo a renovação automática da dívida do País a vencer entre este ano e 1991. A fonte ressaltou que os bancos não podiam esperar até 15 de março pela posse de Tancredo e correr o risco de buscar um acordo de renegociação em apenas quinze dias.

Por falta de prazo, os bancos privados também não poderiam aguardar a decisão do **board** do FMI de aprovar a sétima carta de intenções do País ou de exigir a o-

tava, com a revisão das metas econômicas para o final deste ano. O técnico do Banco Central explicou que as cartas de intenções envolvem mais aspectos políticos do que os especificamente de interesse dos bancos e, em consequência, os banqueiros podem fechar a renegociação dos seus créditos apenas com os indicadores colhidos pelo chefe do seu subcomitê de economia e vice-presidente do Banco de Montreal, Douglas Smee, em Brasília, na semana passada.

1 Na argumentação da fonte do Banco Central, as reiteradas afirmações de Tancredo de que cumprirá os termos da renegociação em curso favorecem as conversações entre Pastore e o comitê de assessoramento e equivalem quase que ao aval do próximo governo ao acordo obtido neste final da administração Figueiredo. A fonte ressaltou que a hipótese de capitalização dos juros não existe, diante das restrições legais.